

PROIFTM/Educar para a vida: na perspectiva dos alunos extensionistas e de seus professores/orientadores

Margarete Afonso Borges Coêlho

*Mestra em Linguística Aplicada
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Triângulo Mineiro (IFTM)*

Ligia Cristina Pestili

*Especialista em MBA Gestão de Pessoas Coaching
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Triângulo Mineiro (IFTM)*

Flamarion Assis Jerônimo Inácio

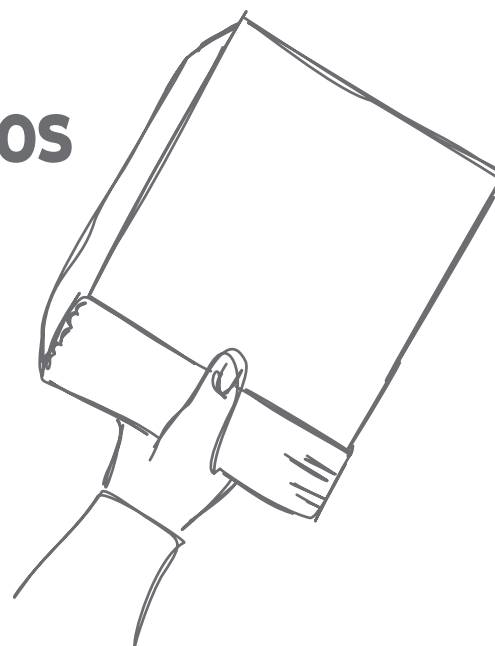
*Mestre em Educação Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Triângulo Mineiro (IFTM)*

Franciele Marques Peres

*Especialista em Docência nos Ensinos Técnico, Médio e Superior
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Triângulo Mineiro (IFTM)*

Jean Lucas de Sousa

*Mestre em Ciência da Computação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Triângulo Mineiro (IFTM)*



na teoria sociointeracionista de Vygotsky (1984, 1987, 1988), no conceito de educação formal e não-formal de Gadotti (2005), na vulnerabilidade social definida por Abramovay (2002) e na teoria de T. H. Marshall (1967) sobre cidadania. Como resultados parciais, acreditamos que as crenças e opiniões dos alunos extensionistas, parte essencial na execução do Programa, têm grande impacto no processo de ensino e aprendizagem do público-alvo e, conseqüentemente, no sucesso do programa. O PROIFTM/Educar para a vida espera atender um número aproximado de 250 alunos até dezembro de 2017 e disponibiliza material e informações pelo site: www.proiftm.com.br. Acredita-se que o Programa PROIFTM/Educar para a vida tem contribuindo para a aproximação entre educação, empregabilidade e cidadania.

Resumo

O objetivo principal deste relato é apresentar resultados parciais do PROIFTM/Educar para a vida sob a perspectiva dos alunos extensionistas dos cinco projetos que fazem parte do programa. O PROIFTM/Educar para a vida é um programa que visa à oferta de cursos e ações de extensão voltadas para a formação educacional, profissional e social de jovens matriculados no Ensino Médio dos sistemas públicos de ensino, que vivem em situações de risco e vulnerabilidade social e são assistidos pelo Centro de Referência de Assistência Social na cidade de Patrocínio (MG). A fundamentação teórica deste trabalho se baseia

Palavras-chave: Programa. Extensão. Sócio-educacional. Vulnerabilidade. Bolsistas.

Introdução

A Constituição Brasileira de 1988 estabelece que Educação é “um direito para todos, dever do Estado e da família”. É papel de o Estado democrático investir na escola, para que ela prepare e instrumentalize crianças e jovens para o processo democrático, incentivando o acesso à educação de qualidade para todos e às possibilidades de participação social. Com base nesta proposta, o Governo Federal elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais, que são diretrizes, com o

objetivo principal de orientar os educadores por meio da normatização de alguns fatores fundamentais concernentes a cada disciplina. Sua meta é garantir aos educandos o direito de usufruir dos conhecimentos necessários para o exercício da cidadania.

Corroborando essa proposta e de acordo com as finalidades do ensino médio, postas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 9394/96), as instituições educacionais precisam assegurar a todos os cidadãos a oportunidade de consolidar e aprofundar os “conhecimentos adquiridos no ensino fundamental”, aprimorar o educando “como pessoa humana”, possibilitar “o prosseguimento de estudos”, garantir “a preparação básica para o trabalho e a cidadania” e dotar o educando dos instrumentos que lhe permitam “continuar aprendendo”, tendo em vista o desenvolvimento da “compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos” (art. 35, incisos I a IV).

Observa-se, em diferentes segmentos, uma preocupação crescente com os direitos do cidadão, com criação de oportunidades para inserção dos indivíduos no mercado de trabalho e com a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Tais preocupações nos remetem à necessidade de formação das futuras gerações para a participação produtiva e ativa no mercado do trabalho e nas práticas cidadãs.

Segundo o Projeto Reinventando a Educação do Governo de Minas Gerais (2012), a adequada aproximação entre educação, empregabilidade e cidadania é uma exigência a ser cumprida por quaisquer políticas educacionais compatíveis com a contemporaneidade. Reformas educacionais, independente do seu escopo ou amplitude, devem levar em conta cada um destes fatores e, sobretudo, a articulação entre eles.

Nesse contexto, encontra-se o Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Triângulo Mineiro que tem como missão a oferta da educação básica, profissional e tecnológica por meio do ensino, pesquisa e extensão, promovendo o desenvolvimento na perspectiva de uma sociedade inclusiva e democrática; e, ao mesmo tempo, almeja ser uma instituição de excelência na educação profissional e tecnológica, impulsionando o desenvolvimento tecnológico, científico, humanístico, ambiental, social e cultural, alinhado às regionalidades em que está inserido.

A proposta do programa PROIFTM/Educar para a vida, no âmbito da extensão universitária, se alinha à proposta do IFTM de atuar na interação sistematizada com a comunidade, visando contribuir para o desenvolvimento da comunidade, uma vez que o foco desse programa é a formação educacional, profissional e social de jovens em situações de risco e vulnerabilidade social no Município de Patrocínio (MG), com idade entre 14

e 18 anos. Os jovens nessa faixa etária, além de sua formação escolar, iniciam uma relação de experimentação com o mundo do trabalho, o qual é reconhecido por eles como possibilidade de obter uma renda e conquistar, assim, certa autonomia. É preciso reconhecer a necessidade de investir, tanto na formação básica quanto na formação profissionalizante de adolescentes com vistas à inserção no mercado de trabalho e à formação de indivíduos aptos a exercerem a cidadania. Daí a importância das ações socioeducativas articuladas e integradas às escolares e as de formação profissional.

Quanto à produção, organização e difusão de saberes acadêmico-científicos, espera-se que o programa PROIFTM/Educar para a vida contemple bases teóricas e metodológicas inovadoras e de qualidade que colaborem para a educação profissional do público-alvo a ser atendido e que a sistematização desses conhecimentos e metodologias sobre o trabalho sócio-educacional com os jovens em situações de risco e vulnerabilidade social possa ser referência para outras escolas públicas e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos.

Vale ressaltar que o Programa PROIFTM/Educar para a vida é uma proposta aprovada com recursos do MEC/SESu, conforme edital PROEXT 2016 e foi classificado em 11º lugar em nível nacional.

Dessa forma, o objetivo principal deste trabalho é apresentar resultados parciais do PROIFTM/Educar para a vida na visão dos alunos extensionistas, parte integrante e fundamental para a consolidação do Programa.

Fundamentação teórica

O programa PROIFTM/Educar para a vida está pautado na teoria sociointeracionista de Vygotsky (1984, 1987, 1988). Com base nas concepções de Vygotsky (1999), os sujeitos se encontram numa rede de relações com o mundo que lhes possibilita adquirir uma forma peculiar de existência, constituindo, assim, seu campo simbólico de significações. O desenvolvimento pleno do ser humano depende do aprendizado que realiza em um determinado grupo cultural, a partir da interação com outros indivíduos da sua espécie.

Segundo Vygotsky (1998), a interação social é tida como contexto e origem do desenvolvimento mental do indivíduo e todo desenvolvimento cognitivo é interpsicológico, ou seja, surge como resultado da interação entre os indivíduos. Tal visão é compartilhada por Donato (1996), para quem aprender é uma forma de socialização entre indivíduos e não somente um processo de recebimento de *input* em um cérebro isolado.

Sobre o aprendizado ou aprendizagem em Vygotsky, Oliveira (1993, p. 57) informa que “É o processo pelo qual o indivíduo adquire informações, habilidades, atitudes, valores, etc. a partir de seu contato com a realidade, o meio ambiente, as outras pessoas”.

Em seus estudos, Vygotsky (1998) destaca que as experiências socioculturais funcionam como mediadoras dos processos mentais do indivíduo. O apoio do outro faz com que o indivíduo trabalhe na Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP).

Entende-se, de acordo com a proposta desse programa, que para o aluno se desenvolver de uma forma global (educacionalmente, profissionalmente e socialmente), ele dependerá da aprendizagem que ocorre num determinado grupo cultural, pelas interações entre seus membros. Isso significa que a aprendizagem pode ocorrer tanto no espaço da educação formal quanto no espaço da educação não-formal. A esse respeito Gadotti (2005) define que,

A **educação formal** tem objetivos claros e específicos e é representada principalmente pelas escolas e universidades. Ela depende de uma diretriz educacional centralizada como o currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional, com órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação. A **educação não-formal** é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas de educação não-formal não precisam necessariamente seguir um sistema sequencial e hierárquico de “progressão”. Podem ter duração variável, e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem (GADOTTI, 2005, p 2).

Entende-se, portanto, que a educação não-formal se refere aos espaços que não são escolas ou Universidades, os quais também têm uma intencionalidade em formar o indivíduo, contribuindo para sua formação para a vida, para o convívio social e para a cidadania. A exemplo disso, tem-se os trabalhos realizados nos grupos dos Centros de Referência e Assistência Social às famílias – CRAS; além das ONGS, colegiados, conselhos dentre outros.

Segundo a Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS/2005, é na gestão básica que o município assume a gestão da proteção social básica na Assistência Social, devendo o gestor, ao assumir a responsabilidade de organizar a proteção básica em seu município, prevenir situação de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições. Por isso, deve responsabilizar-se pela oferta de programas, projetos e serviços socioassistenciais que fortaleçam vínculos familiares e comunitários que promovam os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e transferência de renda e que vigiem direitos violados no território. Para isso ser possível, o gestor deverá cumprir entre outros requisitos o de estruturar Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), de acordo com o porte do município, em áreas de maior vulnerabilidade social, a fim de

gerenciar e executar ações de proteção básica no território referenciado.

Para Abramovay (2002), a vulnerabilidade social é definida como situação em que os recursos e habilidades de um dado grupo social são insuficientes e inadequados para lidar com as oportunidades oferecidas pela sociedade. Essas oportunidades constituem uma forma de ascender a maiores níveis de bem-estar ou diminuir probabilidades de deterioração das condições de vida de determinados atores sociais. Assim, o conceito de vulnerabilidade social está indiretamente vinculado ao de mobilidade social, posto que as possibilidades que indivíduos em vulnerabilidade social possuem de se movimentarem nas estruturas sociais e econômicas são restritas em termos de modificação de inscrição social.

O acolhimento institucional é uma medida de proteção às crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados e necessitam se afastar temporariamente do âmbito familiar. Essa medida é determinada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA como breve e excepcional, sendo um recurso que precisa ser aplicado quando outras formas de proteção são esgotadas. Durante o acolhimento em abrigo, os jovens podem vir a receber qualificação profissional no intuito de fomentar o desenvolvimento para a entrada no mercado de trabalho, depois do desligamento institucional, que é feito após o fortalecimento da família e dos vínculos do jovem com a mesma ou devido à maioridade completada pelo acolhido.

Vale ressaltar que, apesar da grande responsabilidade em conduzir as políticas públicas pelo Estado, os serviços de acolhimento são prestados, em grande parte, pelas entidades não governamentais.

Como o programa PROIFTM/Educar para a vida também anseia propagar a inclusão, seja no âmbito educacional, profissional ou social, torna-se fundamental esclarecer que corrobora a ideia de que o conhecimento, considerado nas dimensões da produção, da formação, do acesso é, talvez, o bem mais decisivo do nosso tempo, o que nos obriga a incluir entre a pauta de direitos o direito ao conhecimento, como condição incondicional de cidadania. Segundo a teoria de T. H. Marshall (1967), cidadania é definida como concretização dos direitos humanos, considerando os elementos: civil, político e social.

Metodologia e avaliação

O embasamento metodológico consiste de estratégias de ação e transformação que contemplam os projetos que fazem parte do programa. Os projetos que estão sendo executados dentro dessa proposta correspondem às áreas

teóricas e práticas essenciais para a construção, pelos participantes, de conhecimentos especializados sobre Informática, Web profissionalizante, Redes de computadores, Auxiliar de administração e Inglês Instrumental, entendidas aqui como práticas relevantes no mundo do trabalho e nas ações de desenvolvimento educacional e social, contribuindo para uma formação inovadora e de qualidade para o exercício ativo da cidadania.

O público-alvo são jovens regularmente matriculados no Ensino Médio dos sistemas públicos de ensino, que vivem em situações de risco e vulnerabilidade social e são assistidos pelas unidades do CRAS e CASI nos bairros São Benedito, Marciano Brandão, Santo Antônio, Serra Negra e Enéias Ferreira de Aguiar em Patrocínio (MG).

Os instrumentos utilizados para acompanhamento e avaliação do Programa são: (1) – Reuniões trimestrais com a assessora do secretário Municipal de Desenvolvimento Social e todas as coordenadoras das Unidades do CRAS atendidas pelo Programa para apresentação e estruturação dos projetos; (2) Divulgação do Programa junto à comunidade, por meio de visitas às Unidades do CRAS, as quais atendem jovens com idades entre 14 e 18 anos, matriculados na rede pública de ensino, para abertura das inscrições; (3) Ficha para inscrição e/ou cadastro dos alunos interessados em participar dos cursos a serem oferecidas pelos cinco projetos integrantes do Programa; (4) Aula de apresentação do Programa e projetos aos matriculados; (5) Lista de presença assinada pelos alunos para verificar e acompanhar índice de frequência nos cursos oferecidos; (6) Lista de presença para registro da frequência e das ações dos bolsistas; (7) Quatro questionários para avaliar a execução do Programa, os quais deverão ser respondidos pelos alunos participantes dos cursos; pela direção das entidades atendidas pelo Programa; pelos bolsistas e pela equipe executora do Programa (material que servirá de coleta de dados para a pesquisa dos alunos bolsistas e coordenadora); (8) Reuniões semanais com professores, orientadores e coordenadora para direcionamento e preparação de todas as ações propostas para a execução do Programa.

Desenvolvimento

O Programa conta com a participação de 10 alunos bolsistas, do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Triângulo Mineiro *Campus* Patrocínio do curso Superior em Tecnologia de Análise e Desenvolvimento de Sistemas e do Curso Superior em Gestão Comercial. Cada um dos cinco projetos que faz parte do Programa PROIFTM/Educar para a vida conta com a participação ativa de dois bolsistas, seus respectivos professores orientadores e a coordenadora geral do Programa.

O Programa PROIFTM/Educar para a vida está sendo objeto de pesquisas de iniciação científica, realizadas pelos alunos bolsistas do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Triângulo Mineiro *Campus* Patrocínio, assim como pela coordenadora e equipe executora do Programa. Foi produzido sítio eletrônico: www.proiftm.com.br para tornar público e disponíveis os saberes e metodologias sistematizadas durante a realização do programa; bem como seus resultados parciais e finais.

O conjunto de conhecimentos acadêmico-científicos produzidos é objeto de produção de trabalhos, os quais estão sendo publicados em congressos e revistas especializadas. Por outro lado, a extensão é a essência do programa, presente na proposta de cada um dos cinco projetos/cursos oferecidos.

Vale ressaltar que o Programa passou por ajustes no cronograma de execução. Inicialmente, previa-se que a oferta do curso seria duas vezes por ano, para turmas diferentes em duas unidades do CRAS, simultaneamente.

Os cinco cursos/projetos que fazem parte do Programa têm sido ofertados, porém com alteração no período de execução que passou a ser de três em três meses, com uma carga horária de 20 horas cada. O ajuste foi necessário para que as quatro unidades do CRAS fossem atendidas pelos cinco cursos/projetos.

Quanto ao segundo ponto da proposta inicial que necessitou de ajustes foi: 'a oferta de cada um dos cursos/projetos seria feita para turmas diferentes em duas unidades simultaneamente'. Cada unidade do CRAS recebe um curso/projeto de cada vez, contando com a participação dos extensionistas em duplas como forma de melhor condução e execução dos cursos/projetos planejados.

Resultados parciais

Perspectiva dos alunos extensionistas

Nessa seção, são apresentados alguns resultados parciais relacionados às crenças e opiniões dos alunos extensionistas sobre o PROIFTM/Educar para a vida, sempre fundamentadas nos relatos de experiência dos próprios alunos extensionistas ao final de cada etapa concluída.

Para estes alunos, a motivação dos participantes dos cursos/projetos ofertados pode estar ligada à metodologia usada pelos extensionistas, uma vez que ao fazerem uso dos laboratórios de informática das unidades dos CRAS criam um espaço para inclusão digital dos participantes. Os extensionistas veem a possibilidade de uso dos laboratórios de informática como excelente ferramenta para a busca do conhecimento e trabalho em equipe.

De acordo com os relatos de experiências dos extensionistas, as reuniões periódicas com os orientadores e os encontros da equipe executora do programa com os envolvidos por parte da Secretaria de Desenvolvimento Social, parceira da proposta, são relevantes e decisivas para o desenvolvimento e, conseqüentemente, sucesso do programa. Uma das vantagens desta parceria é a possibilidade de transporte dos extensionistas até as unidades dos CRAS disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Patrocínio por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Social.

Outra opinião dos alunos extensionistas está relacionada aos anseios do Programa de propagar a inclusão, seja no âmbito educacional, profissional ou social. De acordo com questionário aplicado pelos extensionistas, os participantes dos cursos/projetos se sentem valorizados e até acolhidos pelos extensionistas durante a execução dos cursos/projetos.

O impacto profissional é percebido pelos extensionistas quando alguns participantes relataram que fazem questão de participar de todos os cursos/projetos pela possibilidade de conviver no espaço de aprendizagem diferente da sala de aula e oportunidade de receber certificados emitidos pelo IFTM Campus Patrocínio, agregando valor ao seu currículo e propiciando sua entrada no mercado de trabalho.

Outra visão positiva dos extensionistas a respeito do programa está ligada à ampla divulgação e aceitação da proposta pelo público-alvo. Não foi mencionado nenhum tipo de problema de ordem pessoal enfrentado pelos extensionistas. Quanto à divulgação, além do auxílio das coordenadoras dos CRAS na divulgação dos cursos/projetos a serem ofertados em cada etapa, foi criado também um sítio eletrônico para disponibilizar informações e material do programa, a saber: www.proifm.edu.br.

Outro aspecto positivo relatado pelos extensionistas é o apoio que as coordenadoras de cada CRAS têm dado ao programa, uma vez que nas unidades onde receberam um efetivo apoio, os extensionistas relataram que conseguiram desenvolver um trabalho mais eficaz, com mais participação dos alunos, menos evasão, maior utilização dos recursos físicos e tecnológicos disponíveis nos CRAS do que das unidades em que este apoio não foi tão efetivo.

Por outro lado, os extensionistas têm enfrentado alguns problemas de ordem social durante a execução da proposta, ou seja, foi relatado que já enfrentaram situações de risco durante assalto perto de uma das unidades do CRAS, o que os deixou bastante assustados. Eles acreditam que problemas como este estão relacionados ao fator de vulnerabilidade enfrentado diariamente pelos participantes dos cursos/projetos, justificando, de certa forma, a evasão nos cursos.

Outro problema citado pelos extensionistas foi, inicialmente, a falta de transporte seguro até as unidades dos CRAS. Para eles, houve certa dificuldade ou atraso em obter este apoio por parte da Secretaria de Desenvolvimento Social, assim, orientados pelos professores/orientadores utilizaram algumas estratégias para chegarem ao seu destino. Muitas vezes foram conduzidos pelos próprios professores/orientadores, outras vezes foram de transporte próprio ou, até mesmo, de transporte público. Posteriormente, este problema foi solucionado pela Secretaria de Desenvolvimento Social, disponibilizando transporte seguro para os extensionistas e para eles significou maior segurança e comodidade.

Perspectiva dos professores-orientadores

Para os professores/orientadores, o Programa PROIFTM/Educar para a vida tem como um dos resultados parciais a possibilidade real de oferta de cursos/projetos que capacitam jovens para o mercado de trabalho e para o exercício efetivo da cidadania.

De acordo com os relatos de experiências de cada etapa que foi realizada desde 2016 e as reuniões periódicas com os envolvidos por parte da Secretaria de Desenvolvimento Social, parceira do Programa, pode-se observar que a proposta está sendo positiva e alcançando seu objetivo com sucesso ao gerar motivação aos alunos que fazem os cursos, incentivo de trabalho diferenciado à equipe pedagógica das unidades dos CRAS e expectativa favorável dos alunos extensionistas.

Para os professores/orientadores o envolvimento dos alunos extensionistas tem sido observado como impacto positivo na execução dos cursos/projetos, uma vez que eles têm facilidade de interação com o público-alvo, têm cumprido as exigências do programa e estão, eles próprios, se preparando para o mercado de trabalho.

Para os professores/orientadores, a criação do site www.proifm.edu.br foi essencial para maior aproximação entre a equipe executora dos cursos/projetos, equipes e alunos atendidos nas unidades do CRAS e parceiros da proposta.

É importante ressaltar que, em cada etapa executada, tanto os alunos extensionistas quanto os alunos participantes dos cursos/projetos recebem certificados, com carga horária proporcional, emitidos pelo IFTM Campus Patrocínio, agregando valor ao seu currículo e propiciando sua entrada no mercado de trabalho.

Considerações

A missão da extensão, assim como do extensionista, é contribuir diretamente para o desenvolvimento da sociedade agregando conhecimento e experiências para que cada indivíduo tenha oportunidades de consolidar-se como cidadão em seu meio social, pessoal e profissional. Baseado nessas primícias, acredita-se que o programa PROIFTM/Educar para a vida tem cumprido seu papel dentro do significado social e profissional da extensão, ou seja, levar oportunidade de aperfeiçoamento profissional para possível recolocação dos beneficiados de cada projeto no mercado de trabalho e, conseqüentemente, elevando a qualidade do seu meio educacional, social e pessoal.

Referências

ABRAMOVAY, M. CASTRO, M.G.; PINHEIRO, L. C.; et.al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, 2002. 180p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei nº 9.394/1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

_____. **Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1990

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Legislação**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2012. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/>>. Acesso em: 26 de abril de 2015.

DONATO, R. Vygotskian contribution to understanding the foreign and second language classroom. In: **WORLD CONGRESS OF APPLIED LINGUISTICS**, 11, 1996, Finland. Anais... Filand: AILA, 1996.

GADOTTI, Moacir. **A questão da educação formal/não-formal**. Sion: Institut International des Droits de 1º Enfant, 2005.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **"Cidadania, classe social e status"**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Caderno de Orientações: reinventando Ensino Médio**. 2012b. Disponível em: <http://www.educacao.mg.gov.br/images/stories/reinventando/REINVENTANDO_ENSINO_MEDIO_CADERNO_ORIENTACOES_WEB.pdf> Acesso em 24 de abril, 2015.

OLIVEIRA, J. G. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1993.

VYGOTSKY, L.S. **A Formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

_____. **Thought and language**. Cambridge: MIT Press, 1987.

_____. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Icone, 1988.

_____. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

